

Política Pública Municipal de Esporte e Lazer para Terceira Idade no Município de Duque de Caxias

Werbert Augusto Coutinho - Universidade Federal Fluminense

ORCID (<https://orcid.org/0000-0002-0785-2121>) - werbertcoutinho@yahoo.com.br

Verônica Elói de Almeida - Centro Universitário Carioca

ORCID (<https://orcid.org/0000-0003-4694-8617>) - veronicaeloi@hotmail.com

Resumo – O artigo versa sobre a questão do envelhecimento populacional no Brasil e as políticas públicas de esporte e lazer voltadas para essa faixa etária. O objetivo da pesquisa foi analisar as políticas públicas do município de Duque de Caxias no que tange à promoção de espaços de interação e exercícios para população acima de 60 anos. Para tanto, foram analisadas as ações do poder público municipal nos espaços de exercícios nos bairros Jardim Anhangá, Parque Equitativa e Nova Campinas. A pesquisa foi desenvolvida a partir de informações retiradas do *site* oficial da prefeitura, e nos espaços públicos e conveniados de atividades físicas. Como instrumento de coleta de dados, foram utilizados: observação não participante, questionário fechado aplicado a 98 usuários desses espaços, documentos referentes ao orçamento público municipal, e entrevista com o secretário de Esporte e Lazer do município. Verificou-se que as políticas públicas desenvolvidas pelo poder público local não seguem nenhum critério técnico demográfico para implementação de projetos de atividade física e lazer para terceira idade; além disso, a distribuição desses espaços ocorre de maneira desigual, não atendendo a maior parcela da população idosa das localidades pesquisadas.

Palavras-chave: Terceira idade, Políticas públicas, Espaços públicos de atividades físicas.

Municipal Public Policy on Sport and Leisure for the Elderly.

Abstract – The article deals with the issue of population aging in Brazil and public sports and leisure policies aimed at this age group. The objective of the research was to analyze the public policies of the municipality of Duque de Caxias regarding the promotion of spaces for interaction and exercises for the population over 60 years. To this end, the actions of the municipal government in the exercise spaces in the neighborhoods Jardim Anhangá, Parque Equitativa and Nova Campinas were analyzed. The research was developed from information taken from the official website of the city hall, and in public and associated spaces for physical activities. As a data collection instrument, the following were used: non-participant observation, a closed questionnaire applied to 98 users of these spaces, documents referring to the municipal public budget, and an interview with the municipality's Sports and Leisure secretary. It was found that public policies developed by the local government do not follow any demographic technical criteria for the implementation of physical activity and leisure projects for the elderly; in

addition, the distribution of these spaces occurs unevenly, not serving the largest portion of the elderly population in the locations surveyed.

Keywords: Third age, Public policies, Public spaces for physical activities.

Data da Submissão: 01/03/2021

Data de Aceitação: 01/06/2022

Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



1. INTRODUÇÃO

A população brasileira está envelhecendo muito rápido. São várias as consequências e, principalmente, os desafios que o envelhecimento da população traz para a sociedade e, em especial, para a gestão pública (KÜCHEMANN, 2012).

Para Mori e Silva (2010), as políticas públicas voltadas para terceira idade, quando bem direcionadas e implementadas, são capazes de promover mudanças importantes na condição física e mental dos idosos, principalmente nos desfavorecidos economicamente, pois a maioria vê nos espaços públicos de lazer e exercícios a oportunidade de ocupar os horários ociosos; além disso, essa vivência melhora seu bem-estar social e saúde, com equilíbrio socioemocional.

Ao longo de muitas décadas, as políticas públicas para a terceira idade foram sendo construídas baseadas em estatísticas que mostravam que o Brasil era um país de jovens. Porém, a partir da década de 1980, isso começou a mudar, surgindo a necessidade de elaboração de propostas que consolidassem e definissem os cuidados e os responsáveis por esses cuidados (SILVA, 2008). Sendo assim, o Estatuto do Idoso (2003), considera que o suporte aos idosos e às idosas seja da responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. Ainda nesse sentido, o Estado tem por objetivos proteger o(a) idoso(a), fornecer subsídios que garantam sua participação na comunidade, defender sua dignidade, zelar pelo seu bem-estar e garantir o direito à vida (KÜCHEMANN, 2012).

A partir da consolidação do Estatuto do Idoso, especialmente no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram desenvolvidas várias propostas de políticas públicas e sociais que atendessem às necessidades de esporte recreativo e de lazer da população, principalmente para terceira idade.

O Ministério do Esporte criou o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), com o objetivo de promover práticas de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvessem todas as faixas etárias: crianças, jovens, adultos e idosos (BRASIL, 2010). Nesse contexto, por meio do terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) foi assinado o Termo de Cooperação com a Frente Nacional dos Prefeitos, objetivando a efetivação do PNDH-3 e propondo a criação e o fortalecimento de Conselhos Municipais de Direito do Idoso nos municípios de sua rede, promovendo o atendimento

à população idosa nos municípios. A efetivação e a consolidação das propostas, no âmbito municipal, requereram dos gestores municipais ações efetivas.

A busca por políticas públicas municipais que promovam o atendimento ao cidadão da terceira idade, por meio de práticas de atividades físicas, lazer e interação social é de extrema urgência, principalmente quando o município apresenta uma porcentagem significativa da sua população com mais de 60 anos, como é o caso da população de Duque de Caxias.

A pesquisa apresentada neste artigo se deu a partir das políticas públicas para terceira idade, especialmente no que tange aos espaços públicos do município de Duque de Caxias – localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro; possui uma população de 914.383 habitantes, sendo 86.444 com 60 anos ou mais (IBGE, 2018), ou seja, quase 10% dos seus cidadãos. A partir dessa realidade, faz-se a seguinte indagação: qual é a efetividade das políticas públicas do município de Duque de Caxias para promover espaços de interação e exercícios para a população acima de 60 anos?

O artigo tem como objetivo geral analisar as políticas públicas do município de Duque de Caxias no que tange à promoção de espaços de interação e exercícios para população acima de 60 anos. Para alcançar esse objetivo foram levantados os seguintes objetivos específicos: inferir sobre como o administrador deverá gerir os recursos (material e financeiro) na promoção dos espaços de interação e exercícios para os moradores com mais de 60 anos e analisar as ações políticas que envolvem os espaços de exercícios nos bairros Jardim Anhangá, Parque Equitativa e Nova Campinas.

A escolha pelo tema envelhecimento populacional brasileiro e as políticas públicas voltadas para terceira idade, especialmente os espaços públicos para prática de exercícios e interação social no município de Duque de Caxias, busca produzir subsídios para criação e efetivação de práticas comunitárias e sociais a partir de ações dos gestores públicos municipais.

Para alcançar esses objetivos foi realizada uma análise bibliográfica em artigos científicos que versam sobre o tema, para fundamentar a revisão da literatura; uma pesquisa de campo, para realizar o levantamento de dados, utilizando-se um questionário (*survey*) e a análise dos dados que foi realizada utilizando a técnica estatística de análise não paramétrica simples.

Este artigo está estruturado assim: contextualização inicial, referencial teórico sobre o envelhecimento populacional na contemporaneidade, administrador municipal e políticas públicas, e legislações para terceira idade. Segue tratando dos procedimentos metodológicos utilizados para realizar a coleta e análise dos dados. Após isso, é apresentada a análise dos dados, utilizando-se da técnica estatística de análise não paramétrica simples. Por fim, são apresentadas as conclusões.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste espaço serão tratados os principais aportes conceituais para ilustrar a construção do artigo.

2.1 Envelhecimento populacional na contemporaneidade

A população idosa no Brasil vem crescendo nas últimas décadas e “as alterações na dinâmica populacional são claras, inequívocas e irreversíveis” (KÜCHEMANN, 2012, p. 165). Nesse sentido, tornam-se essenciais medidas que garantam a essa população não somente uma sobrevida, mas uma boa qualidade de vida (VECCHIA et al., 2005).

Silva (2008) descreve e analisa a trajetória histórica das noções de velhice e terceira idade, enfatizando o campo da sociologia e da antropologia. Segundo a autora, na contemporaneidade, houve mudanças significativas nos hábitos, imagens e crenças sobre esse período da vida.

As novas formas de pensar a velhice associam-se à prática de exercícios, aprendizagens, flexibilidade, satisfação pessoal e vínculos afetivos. Além disso, as descrições possíveis para velhice sofreram ampliações, tendo esta ganhado um novo conceito, somando-se à terceira idade. Nessa perspectiva, essa fase da vida deixou de ser vista como um período de decadência física, emocional e cognitiva, passando a significar o momento do lazer, prática de esportes, realizações pessoais, criação de novos hábitos, *hobbies* e habilidades.

Para Carneiro e Falcone (2013), a interação social na terceira idade proporciona bem-estar emocional. Tavares (2013) afirma que, ao desenvolver atividades físicas em grupo, o idoso aumenta a autoestima, estimula a autonomia, além da melhoria das condições físicas, psicológicas e interação social dos idosos, que se reflete em uma melhor qualidade de vida.

De acordo com Mendonça (2015), a rede de proteção associada às garantias legais dos idosos brasileiros são negligenciadas, pois embora existam legislações que contemplem essa população, muitas vezes esses direitos não são concretizados pelas políticas sociais públicas.

A busca pela consolidação dos direitos da população idosa no Brasil se estendeu por muitos anos, até culminar no Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/03. O Estatuto foi aprovado em setembro de 2003 e sancionado pelo presidente da república em 1º de outubro de 2003, com o objetivo de ampliar e proteger os direitos dos cidadãos com 60 anos ou mais.

Segundo o art. 20, da lei nº 10.741/03, “O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.” Nesse sentido, a promoção de políticas públicas para a terceira idade não deve ser implementada apenas no âmbito federal, é necessário que políticas sociais públicas locais sejam desenvolvidas com o intuito de promover ações que estimulem no idoso a prática de esportes, interações sociais e lazer (MENDONÇA, 2015). Porém, conforme indica Paulino (2009, p. 7), a legislação por si só não garante os direitos sociais do idoso, é necessário o reconhecimento por parte da sociedade e dos administradores públicos:

“Para que haja uma ação efetiva por parte do Estado, por meio de políticas de envelhecimento condizentes com a realidade desta população, será fundamental a mobilização e organização da sociedade [...]”.

2.2 Administração municipal e políticas públicas

Nos últimos anos, o Brasil vem enfrentado uma crise econômica de proporções inimagináveis, com recursos financeiros cada vez mais escassos. Para manter a máquina pública funcionando, muitos prefeitos têm deixado de cumprir seus compromissos relacionados às questões sociais. Para Louzano *et al.* (2019), a falta de recursos impõe aos gestores públicos a busca de soluções para manter o equilíbrio financeiro e, ao mesmo tempo, criar condições viáveis para que os investimentos em políticas sociais tenham resultados positivos.

Vieira e Benevides (2016) apresentam o impacto da crise econômica e as mudanças recentes no modelo de financiamento da proteção social brasileira, a partir da promulgação Emenda Constitucional nº 95 de 2016, que limitou por 20 anos o crescimento das despesas primárias à taxa de inflação. Nesse cenário, as políticas públicas de ação social e assistência básica, principalmente o tocante à saúde pública, apresentaram mudanças na forma de gerir os recursos existentes.

Garantir a efetividade e a qualidade dos serviços públicos requer do gestor, principalmente em tempos de recursos escassos, ações precisas e eficazes, capazes de mostrar à população que os serviços estão sendo feitos. Em pesquisa realizada para avaliar o desempenho da execução orçamentária por funções de governo dos 50 municípios mais populosos do Brasil, Silva, Silva e Borges (2015, p. 14) mostram que a prefeitura de Duque de Caxias deixou de executar, em 2012, funções importantes para o atendimento ao bem-estar e nas funções sociais. De acordo com os autores, “Isso significa que ações destinadas a assegurar direitos e serviços básicos a indivíduos ou comunidades apartados do convívio do restante da sociedade deixaram de ser feitas”.

Para Faria, Jannuzzi e Silva (2008), a eficiência dos gastos públicos nos municípios fluminenses no período 1999-2000 mostra que a efetividade e a qualidade dos serviços públicos não estão associadas à disponibilidade maior ou menor de recursos. Ou seja, um município pode gastar muito recurso, porém usa mal, da mesma forma que pode usar poucos recursos, mas com eficiência.

Rezende (2008) relaciona a gestão dos recursos financeiros na área social com a prioridade imposta pelas forças que dominam a cena política. Dessa forma, os gastos e as ações ficam atrelados aos interesses individuais ou dos grupos. Ainda segundo Rezende (2008, p. 40): “A organização de interesses em torno das disputas pela redistribuição de recursos pela via da política revela os modos específicos pelos quais o Estado tenta atender à compatibilização das demandas coletivas com a disponibilidade de recursos orçamentários”.

A efetivação de políticas públicas que atenda a população da terceira idade passa pela criação de espaços para práticas esportivas, encontros sociais e culturais. Para Vêras e Felix (2016), as cidades contemporâneas não devem ser locais de desigualdades e segregação, pelo contrário, devem possibilitar aos indivíduos espaços de criação de identidade e cidadania. Os autores concluem que as cidades devem ser pensadas como um ambiente propício para a cidadania, possibilitando fatores relacionados ao bem-estar na fase idosa, como locomoção, exercícios físicos e educação, assim, o meio urbano pode influenciar positivamente na construção de uma população idosa saudável.

Segundo Rezende e Ultramari (2007), as gestões municipais enfrentam constantes desafios referentes às questões físico-territoriais, econômicas, financeiras, políticas, socioambientais. Isso requer do administrador um avanço nas técnicas de planejamento, no estímulo à efetiva participação comunitária. Além disso, a administração pública municipal requer efetividade nas ações, demanda competência dos gestores que devem se atualizar e agir de maneira eficiente, por meio de práticas de planejamento e de gestão. Assim, “[...] a gestão municipal, altera as condições indesejáveis para a comunidade local, remover empecilhos institucionais e assegurar a viabilização de propostas estratégicas, objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas” (REZENDE; ULTRAMARI, 2007, p. 258).

2.3 Legislações para terceira idade

No Brasil, a terceira idade ganhou destaque nas últimas décadas, quando leis e estatutos foram criados para assegurar os direitos dessa parcela da população. Nesse novo cenário, foram instituídos benefícios, prioridades e garantias. Porém, de acordo com Gomes (2012, p. 88), a legislação referente ao idoso é complexa e tenta assegurar direitos específicos: “Tais Leis buscam promover e garantir direitos, através de deliberações sobre políticas públicas a serem cumpridas, medidas protetivas voltadas à pessoa idosa e penalidades aos violadores dos direitos nelas previstos”.

Tal complexidade da legislação, em alguns casos, são subterfúgios para promover a quebra dos direitos das pessoas idosas. Além disso, muitos entes da federação regulamentam portarias, decretos-lei e resoluções, gerando sobreposições de direitos e interpretações inconsistentes (FERNANDES; SOARES, 2012).

A legislação brasileira para terceira idade tem sua consolidação na criação do Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/03, pois “Sua aprovação representou um passo importante da legislação brasileira no contexto de sua adequação às orientações do Plano de Madri. O Estatuto corrobora os princípios que nortearam as discussões sobre os direitos humanos da pessoa idosa” (RODRIGUES et al., 2007, p. 540).

Justo e Rozendo (2010), nos lembram que a lei 10.741/03 constitui o alicerce da representação de como a sociedade e o estado devem cuidar de seus idosos. A criação dessa lei colocou em evidência a importância de promover políticas públicas para promoção de uma velhice saudável.

“No entanto, é preciso realçar o peso do Estatuto do idoso como expressão e, ao mesmo tempo, produção da maneira como a sociedade e a cultura brasileira concebe, representa, produz sentidos sobre a velhice e define políticas, princípios e práticas de tratamento do idoso” (JUSTO; ROZENDO, 2010, p. 484).

Veras e Oliveira (2018) traçam um panorama histórico sobre o modelo de atenção à saúde do idoso. Para os autores, as políticas públicas para o idoso, no Brasil, foram, por muito tempo, voltadas para segregação e construção de uma ideologia, segundo a qual a pessoa idosa era incapaz, devendo ser recolhida e amparada por asilos. Porém, isso

começou a mudar a partir da Constituição Federal de 1988, na qual a pessoa idosa passou a ter seus direitos ampliados.

A partir da consolidação do artigo 230 da Constituição de 1988, outras legislações foram implementadas e políticas públicas foram efetivadas, entre as quais é possível destacar “A Política Nacional do Idoso, lei nº 8842, sancionada em 1994, nasceu com concepção avançada para sua época, mas não conseguiu ser aplicada em sua totalidade” (VERAS; OLIVEIRA, 2018, p. 1931).

O Estatuto do Idoso foi compreendido como um marco na legislação voltada para as pessoas da terceira idade. Fernandes e Soares (2012) consideram que esse estatuto obriga tanto os familiares quanto o poder público a cuidarem da pessoa idosa, garantido qualidade de vida e assistência prioritária.

Embora o Estatuto do Idoso tenha promovido avanços consideráveis nos cuidados com os idosos, ainda muitas ações precisam ser consolidadas, principalmente quando se trata das práticas de esporte e lazer. Para Veras e Oliveira (2018, p. 1935), “[...] é preciso fazer tudo o que é possível para consolidar as ações necessárias para um envelhecimento saudável e com qualidade de vida, repensando e redesenhando as políticas de cuidado ao idoso, sempre com foco nas suas particularidades”.

Nesse sentido, várias iniciativas surgiram após a efetivação do estatuto do idoso, entre elas destaca-se a formulação a Política Nacional de Saúde do Idoso em 2006, a criação do Fundo Nacional do Idoso – Lei 12213 de 20 de janeiro de 2010 e o programa Vida Saudável na modalidade Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa, em 2019.

O programa Vida Saudável na modalidade Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa busca favorecer a prática de atividades físicas, culturais e de lazer para os cidadãos idosos, estimulando a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, contribuindo para que o lazer e o esporte recreativo sejam tratados como políticas públicas e direito de todos, além disso, oferece kits de materiais para atividades físicas, culturais e de lazer para a população idosa. Os kits contam com itens como tapetes fitness, cordas de ginástica, caixa de som e jogos, entre outros.

3. METODOLOGIA

Elementos importantes à compreensão da metodologia da pesquisa são aqui especificados

3.1 Classificação da pesquisa

O estudo realizado para este artigo consiste em pesquisa aplicada, de caráter descritivo, que visa estabelecer relação entre os espaços de interação e exercícios e as políticas públicas do município de Duque de Caxias, bem como apresentar subsídios de informação que possam servir de diretrizes para ações de transformação da realidade. Segundo Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Nesse sentido, os resultados foram apresentados sobre a forma quantitativa e analisados de maneira qualitativa, a partir da coleta de informações de fontes primárias e secundárias, incluindo revisão bibliográfica, além dos resultados obtidos no questionário da pesquisa de campo.

Quantitativa porque os dados foram analisados a partir de dados estatísticos, ou seja, “Na pesquisa quantitativa, as informações são de natureza numérica. O pesquisador busca classificar, ordenar ou medir as variáveis para apresentar estatísticas, comparar grupos ou estabelecer associações” (VIEIRA, 2009, p. 5).

Qualitativa, pois segundo Marconi e Lakatos (2010), nas pesquisas qualitativas, as informações iniciais de categorias em geral são reexaminadas e modificadas sucessivamente, com intuito de obter conhecimentos mais abrangentes e significativos, capazes de modificar informações e conceitos a partir de dados agrupados categoricamente.

A partir dos resultados quantitativos obtidos com o programa IBM SPSS Statistics 20, e posterior apresentação em forma de gráficos e tabelas, os dados foram categorizados e analisados de maneira a interpretar seus significados, convertendo números e porcentagens em conteúdos capazes de demonstrar a realidade e as mudanças que esses dados representam para modificar as ações sociais. Nesse sentido, os resultados quantitativos por si não representam os significados concretos das respostas dos respondentes da pesquisa. Sendo assim, fez-se necessária a complementação da análise qualitativa dos dados obtidos, com o intuito de obter resultados significativos para as questões levantadas na pesquisa.

3.2 Procedimentos para coleta de dados

A planificação da pesquisa inclui, em primeiro lugar, o levantamento dos dados secundários e a revisão da literatura, para posterior contato com as fontes pessoais, a fim de promover a coleta de dados em campo.

3.2.1 Definição da população pesquisada

A pesquisa foi desenvolvida a partir de informações obtidas no site oficial e no portal da transparência da prefeitura de Duque de Caxias - foram pesquisados: dados estatísticos sobre a terceira idade no município, projetos para essa população e leis orçamentárias que contemplasse especificamente esse grupo, além de informações coletadas, por meio de questionário, em espaços públicos de atividades físicas (academias da terceira idade – locais de atividades físicas em praças públicas e academias) e espaços conveniados. Os locais da pesquisa foram três espaços públicos conveniados¹ de atividades físicas, que ficam situados em dois bairros no 3º Distrito² de Duque de Caxias.

¹ Esses espaços são academias esportivas, particulares, que possuem estruturas com piscina, banheiros, vestiários, entre outros, que foram alugadas pelo poder público para promoção de práticas de exercícios da população.

² O município de Duque de Caxias é dividido em quatro distritos: 1º) Duque de Caxias, 2º) Campos Elíseos, 3º) Imbariê, 4º) Xerém. O 3º distrito é formado pelos bairros: Santa Lúcia, Santa Cruz da Serra, Imbariê, Parada Angélica, Jardim Anhangá, Santa Cruz, Parada Morabi, Taquara, Parque Paulista, Parque Equitativa, Alto da Serra, Santo Antônio da Serra e Nova Campina.

Cada um possui ao menos uma praça com aparelhos para prática de atividades físicas e um espaço conveniado. Os bairros são denominados de Jardim Anhangá, Parque Equitativa e Nova Campinas. A população desses bairros juntos, segundo IBGE (2012), é de aproximadamente 30 mil habitantes, o que corresponde a 3,5% do total do município. A escolha por esses bairros deve-se ao fato de possuírem o maior quantitativo de espaços públicos conveniados em todo município, totalizando 5 espaços em funcionamento. A pesquisa também abrangeu as políticas públicas, pela perspectiva do gestor – secretário municipal de Esporte e Lazer – responsável pela pasta no município.

3.2.2 Definição da amostra que foi pesquisada

A pesquisa foi realizada com os usuários – preferencialmente pessoas com mais de 60 anos, pois esses locais são frequentados por pessoas de faixa etária variada – dos espaços de prática de atividades físicas – academias ao ar livre e academias conveniadas. Participaram da pesquisa, respondendo ao questionário e assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), 98 usuários. Esse quantitativo correspondeu, aproximadamente, a 3% do total de usuários e 10% de frequentadores desses espaços, com mais de 60 anos. Foram distribuídos trezentos questionários ao longo de uma semana (4 a 8 de novembro de 2019), entre 8h e 17h. A distribuição ocorreu nos intervalos de cada atividade física e foram recolhidos quando os alunos retornaram para as atividades nos dias subsequentes. Optou-se por deixar os pesquisados levarem os questionários e os TCLEs, devido à falta de espaço físico nos locais para o preenchimento, além da agitação ao final e início de cada atividade física.

3.2.3 Definição dos procedimentos para coletar os dados

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 158) “para obtenção de dados podem ser utilizados três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos”. Nesse sentido, o delineamento de coleta de dados da pesquisa seguiu os seguintes procedimentos:

- A pesquisa bibliográfica ocorreu ao longo de todo estudo, sendo consultadas publicações nacionais (artigos, livros, dissertações e teses), com o objetivo de fundamentar teoricamente o estudo;
- A pesquisa documental foi realizada por meios digitais - *Site* oficial da prefeitura e portal da transparência, visando a levantar dados estatísticos e informações sobre orçamento e projetos voltados para terceira idade;
- A pesquisa de campo foi dividida em duas partes, sendo a primeira, entrevista com o Secretário de Esporte do município de Duque de Caxias, com o objetivo de complementar os dados obtidos por meios digitais e, aprofundar os detalhes sobre as políticas públicas para terceira idade implementadas pela Secretaria de Esporte e Lazer. A segunda parte da pesquisa de campo consistiu de aplicação de questionários e TCLEs nos espaços de atividades físicas, com a finalidade de saber a opinião dos usuários sobre os espaços de atividades físicas;
- A observação não participante, onde, de acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 193) “[...], o pesquisador toma contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem integrar-se a ela: permanece de fora”. A

observação não participante ocorreu nos espaços pesquisados e teve como objetivo observar o comportamento e atitudes dos usuários em relação à satisfação com o espaço e atividades oferecidas, assim como as interações interpessoais. Para tanto, foi utilizado um *smartphone* para gravar em áudio tais observações. Segundo Marietto (2018, p. 9), “outros aparatos eletrônicos como ferramentas secundárias de pesquisa também podem ser utilizados para a complementação das notas de campo.” Nesse sentido, optou-se por esse tipo de observação devido às características dos espaços, ou seja, a movimentação dos usuários praticando exercícios, ou entrando e saindo das aulas.

Os resultados da pesquisa seguiram por duas vertentes de análise, a primeira correspondeu aos dados referentes ao poder público³, extraídos dos canais oficiais da prefeitura (*site* da prefeitura – portal da transparência), além de dados extraídos da entrevista com o secretário de Esporte e Lazer do município.

Segundo Gil (2002, p. 117), “Nos levantamentos que se valem da entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada”. Nesse sentido, o secretário respondeu a perguntas previamente elaboradas pelo pesquisador. A entrevista teve a finalidade de levantar dados relacionados aos projetos desenvolvidos pela prefeitura, em especial, pela Secretaria de Esporte e Lazer para o desenvolvimento de atividades. Foram abordadas questões referentes ao orçamento público para o desenvolvimento dos projetos; políticas públicas de esporte e lazer para terceira idade e o uso dos espaços para o desenvolvimento de atividades físicas. A entrevista foi realizada no dia 16 de outubro de 2019, na sede do escritório de atendimento ao público, no bairro Nova Campinas, mantido pelo secretário de Esporte e Lazer, e durou 32 minutos.

Quadro 1 – Roteiro de entrevista com o secretário de Esporte e Lazer.

Percepção quanto aos espaços	Fatores que influenciam a opção de uso dos espaços e equipamentos
Relação entre o uso do espaço e o poder público	Políticas públicas de bem-estar social e eleições
Políticas públicas	Políticas públicas implementadas pela Secretaria de Esporte e Lazer, montante de recursos
Dados estatísticos	Dados estatísticos para desenvolver as políticas de esporte e lazer

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A segunda vertente corresponde aos dados obtidos junto a usuários dos espaços públicos e academias que fazem parte do projeto “Aqui tem Esporte”. Esse projeto desenvolve, em determinados espaços, atividades físicas para população.

Outros resultados foram direcionados à pesquisa feita com os usuários dos espaços públicos conveniados – academias que desenvolvem o projeto “Aqui tem Esporte” –, na qual participaram preenchendo o questionário.

O questionário foi distribuído de forma não probabilística. O instrumento foi elaborado em duas partes: a primeira relacionada ao perfil do usuário; e a segunda

³ Foram coletados: dados estatísticos sobre a população idosa do município, projetos para população da terceira idade desenvolvidos pela prefeitura, e as diretrizes orçamentárias apresentadas no Plano Plurianual – 2018/2021 e na Lei Orçamentária Anual (LOA) – 2019. Esses dados foram obtidos entre março e dezembro de 2019.

relacionada à análise que os usuários fazem desses espaços. Na segunda parte do questionário, as respostas tinham uma graduação de intensidade, estruturada em uma escala Likert de 5 pontos, variando de (1) “discordo totalmente” a (5) “concordo totalmente”. As identidades dos pesquisados foram preservadas.

3.3 Procedimentos para tabulação e análise dos dados coletados

A apresentação dos resultados qualitativos e quantitativos foi acompanhada de análise direcionada ao contexto que configura o objeto de estudo, nesse sentido, buscou-se relacionar as opiniões e percepções dos usuários dos espaços de atividades físicas e as ações do poder público no que se refere à oferta desses espaços.

A análise qualitativa dos dados desta pesquisa baseou-se nos pressupostos metodológicos da teoria da análise de conteúdo de Bardin (2011). De acordo com a autora, existem três etapas ou fases básicas no trabalho com a análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados com inferência e interpretação. Para Minayo (2001, p. 74): “através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho de investigação (hipóteses)”.

Dessa forma, os dados foram organizados e categorizados a partir do objetivo geral traçado na pesquisa e das hipóteses levantadas. Segundo Bardin (2011, p. 117), “a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

A categorização foi realizada associando a satisfação do usuário com a prática de exercícios e a percepção deles em relação às políticas públicas. Outra parte abordou a satisfação dos usuários e a ligação com a política local, ou seja, a intenção de voto guiada por esses espaços.

A análise quantitativa dos dados foi realizada a partir da tabulação dos dados coletados e agrupados por meio de tabelas. Para tais análises, foi utilizado o *software* IBM SPSS Statistics 20.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Aqui se projetam os resultados obtidos em campo.

4.1 Orçamento público para o desenvolvimento de esporte e lazer em Duque de Caxias

O planejamento público para implementação de ações no que tange ao desenvolvimento de esporte e lazer no município de Duque de Caxias, de acordo com o Plano Plurianual (PPA 2018-2021)⁴ tem como programa principal o atendimento de esporte e lazer na cidade, denominado: “Aqui tem Esporte”. Esse programa apresenta

⁴ O Plano Plurianual consiste na principal ferramenta para a implementação do planejamento nas atividades governamentais de médio e longo prazo. Por ele são estabelecidos objetivos, diretrizes e metas da administração pública por um prazo de quatro anos (CAVALCANTE, 2016).

como objetivo: “[...] proporcionar melhoria na qualidade de vida dos munícipes, através de Programas Desportivos que visem a Inclusão Social e Saúde Coletiva, bem como atividades de lazer, culturais e físicas às diversas faixas etárias e aos portadores de deficiências”.

Entre as ações propostas no projeto, destacam-se: atividades esportivas no município; promoção e viabilização da participação de atletas e seleções representativas do município; incentivo ao processo seletivo de estagiários e processo seletivo simplificado (PSS); bolsa atleta; construção e reforma de instalações desportivas; manutenção de instalações desportivas; realização de eventos pontuais desportivos; atividades de lazer na cidade; organização de áreas esportivas – projeto de implantação; construção e reforma de instalações desportivas; manutenção de instalações desportivas.

A fonte de recursos para colocar em prática os projetos e atividades é fruto de parcerias com os governos federal e estadual e a iniciativa privada, além de fundos do tesouro municipal. Para Cavalcante (2016), é preciso que os investimentos realizados pelas prefeituras em projetos de implementação de políticas públicas devam ser frutos de políticas tributárias capazes de gerar receitas para tal finalidade, gerando, assim, menor dependência das transferências da união e de órgãos estaduais. “Isso não impede, todavia, a abordagem da priorização da alocação dos recursos na área social, uma vez que as prefeituras possuem relativo grau de discricionariedade na gestão orçamentária” (CAVALCANTE, 2016, p. 314).

De acordo com o Plano Plurianual (PPA) da Prefeitura de Duque de Caxias (2018/2021), os valores destinados à criação e manutenção de centros esportivos, implementação de atividades esportivas e desporto de rendimento é de R\$ 32.320.000,00 (Trinta e dois milhões, trezentos e vinte mil reais), distribuídos ao longo de vigência do PPA.

Embora o orçamento para reforma e construção das instalações desportivas tenha uma previsão de dispêndio de R\$ 13.200.000,00 (Treze milhões e duzentos mil reais), para os quatro anos de vigência do PPA, o município possui apenas uma Vila Olímpica, localizada no 1º Distrito. Segundo a Secretaria de Esporte e Lazer, as reformas da instalação esportiva iniciaram no final do ano de 2019, com um orçamento previsto para a obra de R\$ 4.673.000,00 (Quatro milhões, seiscentos e setenta e três mil reais). Além disso, não existe nenhum plano para construção de outras unidades esportivas.

Por ano são destinados R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais) para promover e viabilizar a participação de atletas e seleções representativas do município. Porém, não existe nenhum projeto ou atividade voltada ao incentivo à prática de esportes de alta performance para competição na terceira idade. A inserção dos idosos nas políticas públicas ainda é um grande desafio para os gestores públicos (MENDONÇA, 2015).

Já na Lei Orçamentária Anual (LOA)⁵ de 2019, o total fixado para atividades e projetos esportivos foi de R\$ 15.055.292,00 (quinze milhões, cinquenta e cinco mil, duzentos e noventa e dois reais). Sendo dividido da seguinte forma: a) Atividades – R\$ 9.018.586,00 (Nove milhões, dezoito mil, quinhentos e oitenta e seis reais), entre essas a oferta de atendimento de esporte a lazer por meio das academias conveniadas e ações do projeto “Aqui Tem Esporte”, agraciado com R\$ 3.526.000,00 (Três milhões, quinhentos

⁵ A lei orçamentária anual estima receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro.

e vinte e seis mil reais); b) Projetos – R\$ 6.036.706,00 (Seis milhões, trinta e seis mil, setecentos e seis reais), os projetos dividem-se em reformas e construção de praças com equipamentos de atividades físicas e realização de eventos pontuais desportivos.

Quando comparado o quantitativo de espaços de atividades físicas conveniados e a porcentagem de habitantes por distrito, como mostra a tabela 1, percebe-se que existe uma disparidade, ou seja, proporcionalmente o número de habitantes por espaços de atividades físicas é favorável aos moradores do 3º Distrito.

A distribuição dos espaços para prática de atividades físicas não segue nenhum critério técnico ou dados estatísticos. De acordo com o secretário entrevistado, não existem estudos quanto ao quantitativo, faixas etárias e as preferências dos moradores por atividades físicas.

Tabela 1 – Proporção de habitantes e espaços de atividades físicas por distrito.

Distrito	Quantidade de habitantes	(%)	Espaços públicos (praças)	Espaços privados (locais conveniados)
1º	415.972	47	12	0
2º	300.916	34	3	2
3º	115.056	13	6	6
4º	53.102	6	2	0

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Essa disparidade também se reflete no que se refere aos bairros do 3º Distrito, onde a distribuição dos espaços não segue nenhum critério técnico ou populacional, pois entre todos os bairros, o mais populoso é o de Imbariê, com 33.538 habitantes (IBGE, 2012), mas não possui nenhum espaço público ou conveniado para prática de exercícios.

Essa distribuição também reflete o quantitativo de espaços públicos (praças), em relação à distribuição por distritos. O 1º Distrito, que compreende o centro da cidade de Duque de Caxias, tem maior número de espaços públicos em relação aos outros distritos. O que não é diferente, em relação aos bairros do 3º Distrito, que também apresenta uma discrepância quanto ao número de espaços, tanto públicos como conveniados, para a implementação do projeto “Aqui tem Esporte”. “Neste caso, houve por parte dos gestores públicos falta de ações com o objetivo de estabelecer uma estrutura nas cidades para servir ao crescimento econômico e, ao mesmo tempo, oferecer a necessária qualidade de vida à população” (SILVA; SILVA; BORGES, 2015, p. 8).

4.2 Pesquisa com os usuários

A tabela 2 apresenta a opinião dos usuários pesquisados sobre as melhorias que poderiam ser implementadas nos espaços públicos e/ou academias conveniadas para os usuários que estão na terceira idade – nessa parte do questionário os pesquisados poderiam marcar mais de um item. A questão da acessibilidade, tanto dos equipamentos quanto dos espaços internos, necessita de melhorias para quase 60% dos pesquisados. Fatores como iluminação e conservação dos equipamentos não configuram uma necessidade eminente. Porém, uma maior variedade dos equipamentos aparece para 46% dos usuários pesquisados como uma melhoria a ser implementada. Entre os pesquisados,

57% indicaram ser necessário o acompanhamento dos usuários por um profissional de educação física; e 40% assinalou que o acompanhamento dos usuários por um agente de saúde precisa ser efetivado nos espaços de atividade física atendidos pelo projeto “Aqui tem Esporte”. No que se refere a “Outro”, apenas 6% dos usuários acrescentaram novas propostas, entre as quais citaram a permanência de um guarda municipal nos locais onde são realizadas as atividades físicas, além de um profissional de nutrição.

Tabela 2 – Opinião dos usuários sobre os espaços de atividades físicas.

Melhorias que devem ser implementadas nos espaços de atividade físicas	Freq. Abs.	Freq. Rel. (%)
Acessibilidade nos equipamentos.	55	56,1
Acompanhamento dos usuários por um profissional de educação física.	56	57,1
Acompanhamento dos usuários por um agente de saúde para aferir a pressão, teste de glicose entre outros.	40	40,8
Melhoria na mobilidade e acesso interno e externo.	55	56,1
Melhoria na iluminação.	16	16,3
Maior variedade de equipamentos.	45	45,9
Equipamentos conservados.	33	33,7
Outro (Especifique)	6	6,1

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Para 81,6% dos usuários, fatores como iluminação, limpeza, segurança do local e qualidade dos equipamentos exercem, na hora de decidir praticar exercícios físicos nos espaços públicos e conveniados, forte influência de escolha, sendo relevantes para a escolha desses locais. Pensando na importância desses itens para tornar os locais mais atraentes para os usuários, a Secretaria de Esporte e Lazer buscou locais para firmar convênio que possuíssem esses itens.

Segundo o secretário de Esporte e Lazer de Duque de Caxias, “Os locais conveniados são uma boa opção para a prática de atividades físicas, pois apresentam condições melhores de uso, como segurança, banheiro, bebedouro, coisas que não são possíveis colocar nas praças”.

Os espaços públicos para prática de exercícios, conhecidos como academias da terceira idade, nas praças, possuem equipamentos que são usados sem auxílio de um profissional ou por qualquer pessoa que possa orientar os usuários, principalmente as pessoas da terceira idade. Nesse contexto, quase 61% dos pesquisados concordam que os equipamentos instalados nas praças são de fácil uso e não necessitam de auxílio de um instrutor. Porém, como a faixa etária dos pesquisados apresenta uma variedade considerável, pode-se considerar que para os mais novos o uso dos equipamentos não seja um problema.

Os espaços públicos e conveniados para prática de atividade física representam para seus usuários um local de interação social e, ao mesmo tempo, uma área de lazer. Aproximadamente 90% dos pesquisados concordam que o uso do espaço público e/ou academia conveniada promove a interação e o fortalecimento das relações sociais entre os participantes. Os estudos de Wichmann *et al.* (2013) destacam a importância, especialmente, dos idosos conviverem em espaços que promovam as interações sociais,

pois tais relações ajudam a melhorar não somente a autoestima, mas auxiliam na busca de estilo de vida mais saudável, melhorando, conseqüentemente, as condições gerais de saúde dos usuários desses espaços.

Sobre o uso desses espaços para fins eleitoreiros, 48% dos pesquisados concordam que os espaços públicos e conveniados para prática de atividades físicas não são utilizados somente para promover o bem-estar social da população, mas como um recurso capaz de angariar votos. Esses resultados encontram respaldo no trabalho de Dias (2018), que revela a como gestores públicos oferecem serviços – no caso da pesquisa, locais para prática de exercícios – à população, mas em troca contam com o voto dos usuários desses serviços. Ou seja, a troca do serviço público pelo voto nos pleitos eleitorais.

O secretário de Esporte e Lazer do município pesquisado, responsável pela efetivação dos espaços, foi candidato a vereador em 2016 e obteve um total de 5.682 votos, sendo eleito como o quarto vereador mais votado no município de Duque de Caxias. Porém, abriu mão do mandato para assumir a secretaria, cargo que já havia assumido pela primeira vez entre 2006 e 2008. Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO, 2016), do total de votos que o secretário obteve nas eleições 2016, 4.937 votos foram obtidos na 127ª e 128ª zonas eleitorais. Ou seja, a origem de 86% dos votos obtidos pelo candidato coincide com os locais que concentram as academias conveniadas no 3º Distrito.

A fidelização do eleitorado por meio da oferta de serviços públicos direcionados, ou seja, a relação entre a oferta de serviços públicos e os pleitos eleitorais parece não ser uma preocupação para os pesquisados: 22,4% deles preferiram ter uma neutralidade com relação a essa questão, o que demonstra uma aceitação e credibilidade com relação à efetivação dos espaços de promoção de atividades físicas e a consolidação do projeto “Aqui tem Esporte”. Conforme Silotto (2019), muitos usuários/eleitores se identificam com as propostas sociais, ou qualquer outra proposta que seja vinculada a personalidades carismáticas, que acabam dando veracidade a propostas de serviços públicos.

Em relação à percepção dos usuários sobre o funcionamento dos espaços em períodos sem eleição, 47% concordam que os espaços públicos e/ou academias conveniadas são deixados de lado em anos sem eleição e quando estão próximas as eleições, os serviços desses espaços mudam. Para Cavalcante (2016), os serviços públicos são mais perceptíveis próximos às eleições, especialmente quando oferecidos por setores da administração municipal que possuem candidatos à reeleição.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa teve como objetivo a análise das políticas públicas do município de Duque de Caxias, no tocante à promoção de espaços de interação e exercícios para a população acima de 60 anos. Nesse sentido, constatou-se que o estudo teve seu objetivo geral atendido por meio do levantamento dos dados da pesquisa de campo e informações obtidas junto à prefeitura de Duque de Caxias.

Os resultados obtidos neste trabalho mostram que ainda existe um longo caminho a ser percorrido no município pesquisado, no que se refere à implementação de políticas públicas para terceira idade, especialmente na efetivação de espaços de interação e

atividades físicas para essa faixa etária. Ou seja, essas políticas não seguem nenhuma ação de médio ou longo prazo, nem dá prioridade aos usuários com mais de 60 anos.

A partir dos dados coletados, percebe-se que o desenvolvimento das políticas públicas para a prática de atividades físicas em Duque de Caxias não apresenta critérios técnicos e estatísticos que visem tornar a prática de atividades de esporte e lazer algo sistemático e democrático. Além disso, constatou-se que a efetivação e consolidação das ações e projetos desenvolvidos pela Secretaria de Esporte e Lazer tendem a ser mais presentes nos locais de atuação política do secretário da pasta.

Algumas limitações ao longo do trabalho dificultaram o seu desenvolvimento. Entre essas limitações destacou-se o receio dos pesquisados em participar da pesquisa, pois achavam que poderiam perder a vaga nas academias conveniadas, simplesmente por estarem participando da pesquisa. Outro ponto que limitou a pesquisa foi o fato de que os intervalos entre as atividades físicas não permitiam que os usuários pudessem responder ao questionário, pois não havia espaço físico para comportar muitas pessoas. Além disso, os responsáveis pelos locais não aceitaram bem a presença do pesquisador, pois achavam que estavam sendo vigiados. Nos locais públicos de atividades físicas, a dificuldade foi relacionada à falta de vontade dos usuários em participar da pesquisa, muitos não entenderam o objetivo da pesquisa, principalmente os mais idosos.

Devido ao tempo limitado para fazer a pesquisa e a limitação do espaço geográfico, recomenda-se que pesquisas futuras possam ampliar o número de participantes e também a quantidade de locais pesquisados, estendendo a pesquisa para um quantitativo maior de bairros, se possível, em todos os distritos do município.

Ao ampliar o campo geográfico, a divisão dos usuários por categorias de faixa de renda, condições de saúde e disponibilidade de tempo para prática de atividades físicas, novas informações poderão surgir para balizar futuras pesquisas e até mesmo na construção de ações dos gestores locais para promoção de políticas públicas para os moradores com mais de 60 anos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução L. de A. Rego e A. Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 set. 2019.

_____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm. Acesso em: 20 abr. 2019.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. rev. e atual. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

CARNEIRO, Rachel Shimba; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. O desenvolvimento das habilidades sociais em idosos e sua relação na satisfação com a vida. **Estudos de Psicologia**, v. 18, n. 3, p. 518-526, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2013000300012>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CAVALCANTE, Pedro. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 307-330, mar./abr. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122016000200307&script=sci_abstract&tlng=PT. Acesso em: 3 set. 2019.

DIAS, Alexandre Pessanha. **O abuso do poder sob a ótica do direito eleitoral**: análises das espécies de abuso e perspectivas. 2018. 94f. Monografia (Especialização em Direito) – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/biblioteca_videoteca/monografia/Monografia_pdf/2018/AlexandrePessanhaDias.pdf. Acesso em: 1º set. 2019.

FARIA, Flavia Peixoto; JANNUZZI, Paulo de; SILVA, Silvano José da. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 1, p. 155-177, jan./fev. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000100008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 jul. 2019.

FERNANDES, Maria Teresinha de Oliveira; SOARES, Sônia Maria. O desenvolvimento de políticas públicas de atenção ao idoso no Brasil. **Revista da Escola de Enfermagem USP**, v. 46, n. 6, p. 1494-1502, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000600029. Acesso em: 19 set. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Elcha Britto de Oliveira. A legislação do idoso: direitos cumpridos e descumpridos. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 8, p. 83-97, 2012. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/17080/12684>. Acesso em: 19 set. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades@2018**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/duque-de-caxias/panorama>. Acesso em: 20 fev. 2019.

_____. **Censo Demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 12 out. 2019.

JUSTO, José Sterza; ROZENDO, Adriano da Silva. A velhice no Estatuto do Idoso. **Estudo e Pesquisa em Psicologia**, v. 10 n. 2. P. 471-489, ago. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v10n2/v10n2a12.pdf>. Acesso em 17 nov. 2019.

KÜCHEMAN, Berlindes Astrid. Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 1, p. 165-180, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922012000100010>. Acesso em: 19 abr. 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de *metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LOUZANO, João Paulo de Oliveira *et al.*. Causalidade de Granger do índice de desenvolvimento socioeconômico na gestão fiscal dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 3, p. 610-627, maio/jun. 2019. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/78988>. Acesso em: 15 ago. 2019.

MARIETTO, Márcio Luiz L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiro para aplicação dos métodos. **Revista Ibero-Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3312/331259758002/html/index.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.

MENDONÇA, Jurilza Maria Barros de. **Políticas públicas para idosos no Brasil: análise à luz da influência das Normativas Internacionais**. 2015. 172f. Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18823/1/2015_JurilzaMariaBarrosMendonca.pdf. Acesso em: 21 abr. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORI, Guilherme; SILVA, Luciene Ferreira da. Lazer na terceira idade: desenvolvimento humano e qualidade de vida. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 4, p. 950-957, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-65742010000400015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 21 abr. 2019.

PAULINO, Luciana Fernandes. O fenômeno de envelhecimento populacional no Brasil e a participação do serviço social. **Revista em Debate**, n. 7, p. 1-24, jun. 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=13799@1>. Acesso 12 abr. 2019.

REZENDE, Denis Alcides; ULTRAMARI, Clovis. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 2, p. 255-271, mar./abr. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122007000200005>. Acesso em: 14 abr. 2019.

REZENDE, Flávio da Cunha. Visões “rivais” sobre mudança estrutural e proteção social. **Nova Economia**, v. 18, n. 1, p. 35-50, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26520438_Visoes_rivais_sobre_mudanca_estrutural_e_protecao_social. Acesso em: 15 ago. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal Regional Eleitoral. **Resultados das eleições municipais**: 2016. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.tre-rj.jus.br/site/jsp/visualizar_arquivo.jsp?idconteudo=131840&idarquivo=116677. Acesso em: 12 set. 2019.

RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani *et al.*. Política nacional de atenção ao idoso e a contribuição da enfermagem. **Texto & contexto: Enfermagem**, v. 16, n. 3, p. 536-545, jul./set. 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300021.

Acesso em: 21 set. 2019.

SILOTTO, Grazielle. A relevância regional nas estratégias partidárias: evidências das listas de candidatos de São Paulo. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 69, p. 1-17, ago. 2

019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782019000100201. Acesso em: 2 set. 2019.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos – Rio de Janeiro**, v. 15, n. 1, p. 155-168, jan./mar. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702008000100009>. Acesso em: 19 abr. 2019.

SILVA, Maurício Correa da; SILVA, José Dionísio Gomes da; BORGES, Erivan Ferreira. Avaliação da execução orçamentária por funções de governo em municípios com a utilização de índices de desempenho. **RMC – Revista Mineira de Contabilidade**, v. 16, n. 1, p. 5-17, jan./abr. 2015. Disponível em: <http://revista.crcmg.org.br/index.php?journal=rmc>. Acesso em: 16 jul. 2019.

TAVARES, Carla Alves. Contribuições do Grupo de Convivência da Terceira Idade. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, n. 4, p. 821-832, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v16n4/1809-9823-rbagg-16-04-00821.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2019.

VECCHIA, Roberta Dalla *et al.*. Qualidade de vida na terceira idade: um conceito subjetivo. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 2, p. 246-252, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepid/v8n3/06.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2020.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; FELIX, Jorge. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cadernos Metrôpole**, v. 18, n. 36, p. 441-459, jul. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3607>. Acesso em: 21 abr. 2019.

VERAS, Renato Peixoto; OLIVEIRA, Martha. Envelhecer no Brasil: a construção de um modelo de cuidado. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1929-1936, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232018000601929&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19 set. 2019.

VIEIRA, Fabiola S; BENEVIDES, Rodrigo P. Sá. O direito à saúde no Brasil em tempos de crise econômica, ajuste fiscal e reforma implícita do Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 10, n. 3, p. 1-28, 2016. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2017/01/21860-68023-1-PB.pdf>. Acesso em:

VIEIRA, Sonia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

WICHMANN, Francisca Maria Assmann *et al.*. Grupos de convivência como suporte ao idoso na melhoria da saúde. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 16, n. 4, p. 821-832, out./dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-98232013000400016>. Acesso em: 12 out. 2019.